

Paulo Queiroz
Marcus Mota Moreira Lopes

COMENTÁRIOS À LEI DE DROGAS

2ª | revista
edição | ampliada
atualizada

2018

 **EDITORA**
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Q3c Queiroz, Paulo.

Comentários à Lei de Drogas / Paulo Queiroz e Marcus Mota Moreira Lopes. –

2. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: JusPODIVM, 2018.

240 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2194-5.

1. Direito penal. 2. Legislação penal especial. I. Queiroz, Paulo. II. Lopes, Marcus Mota Moreira. II. Título.

1122490

CDD 341.5555

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

PARTE I – TEORIA GERAL DOS CRIMES DE TRÁFICO E AFINS	11
1. Introdução	11
1.1. Crime e castigo na Lei nº 11.343/2006	14
2. Bem jurídico protegido	15
3. Posse de droga para consumo pessoal: descrimi- nalização ou despenalização?	17
4. O art. 28, que criminaliza a posse de droga para consumo, é inconstitucional	20
5. Distinção entre porte para consumo e tráfico de droga	22
6. Tipos penais em branco e princípio da reserva legal	24
7. Princípio da especialidade	29
8. Consumação e tentativa	30
8.1. Flagrante provocado, esperado, ação con- trolada etc.	31
9. Classificação dos crimes	34
9.1. Crime hediondo	34
9.2. O tráfico e afins são crimes dolosos	37
9.3. O tráfico é o tipo principal; todos os demais são acessórios/subsidiários	39

9.4. O tráfico e afins são crimes de perigo e de mera conduta	40
9.5. O tráfico e afins são crimes comissivos	41
9.6. O tráfico e afins são crimes de múltipla ação	41
9.7. O tráfico e afins são crimes instantâneos	42
9.8. O tráfico e afins são crimes comuns	42
10. Combinação de leis penais (lex tertia)?	43
11. Elementos constitutivos e retroatividade da lei ..	45
12. Princípio da insignificância	45
13. Vedação de pena restritiva de direito na nova lei de drogas	46
14. Progressão de regime e liberdade condicional	49
15. A individualização judicial da pena	49
16. Sobre a causa de redução de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas	50
16.1. Bis in idem e tráfico privilegiado	52
16.2. Reincidência e tráfico privilegiado	55
17. Erros frequentes na aplicação da pena	57
17.1. Modelo de sentença	61
18. Medida de segurança	62
19. A Lei de Reforma Psiquiátrica ou Lei Antimanicomial	64
20. Causas de aumento de pena: violação do princípio ne bis in idem	66
PARTE II – CRIMES EM ESPÉCIE	69
1. Porte de droga para uso pessoal	69
2. Tráfico de droga (art. 33, caput) e condutas equiparadas	76

2.1. Condutas equiparadas a tráfico	81
2.2. Auxílio ao uso de droga – art. 33, § 2º	91
3. Uso compartilhado de droga (art. 33, § 3º)	93
4. Petrechos para o tráfico (art. 34)	95
5. Associação para o tráfico (art. 35)	96
6. Financiamento para o tráfico (art. 36)	103
7. Colaborar como informante do tráfico (art. 37) .	105
8. Prescrição culposa de droga (art. 38)	108
9. Conduzir embarcação ou aeronave sob a influência de droga (art. 39)	110
 PARTE III – PROCEDIMENTO PENAL DA LEI DE DROGAS	 113
1. Considerações iniciais	113
2. Da aplicação do procedimento penal da Lei de Drogas	116
3. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL PARA OS CRIMES DE PORTE E DE CULTIVO DROGA PARA CONSUMO PESSOAL	123
4. Da impossibilidade da prisão em flagrante	129
5. Da transação penal aplicada aos crimes do art. 28, caput, e § 1º, da Lei de Drogas	138
6. Da proteção a colaboradores e testemunhas	141
7. Procedimentos de destruição de drogas apreendidas	145
8. Da fase investigativa	150
9. Disposições específicas para o inquérito policial	158
10. Relatório final de inquérito e diligências complementares	163

11. Tramitação direta do inquérito policial entre Ministério Público e Polícia Judiciária: uma prática contra legem?	166
12. Das diligências complementares	171
13. Técnicas especiais de investigação na Lei de Drogas	178
14. Da fase judicial	181
14.1. Considerações iniciais	181
14.2. Fase postulatória	182
14.3. Competência na lei de drogas	186
14.4. Oferecimento da denúncia	192
14.5. Instauração da ação penal e designação de audiência de instrução e julgamento	194
14.6. Da fase decisória	204
14.7. Do (não) recolhimento à prisão para apelar	205
14.8. Efeitos patrimoniais da sentença resolutoria de mérito	208
15. Das medidas assecuratórias na lei de drogas	211
15.1. Considerações iniciais	211
15.2. Pressupostos e requisitos	212
15.3. Objeto e legitimidade das medidas cautelares patrimoniais	213
15.4. Destinação especial de bens do acusado ...	218
15.5. Utilização de bens de interesse público ou social (arts. 61 e 62, §§ 1º e 2º)	220
15.6. Procedimento de alienação antecipada de bens (art. 62, §§ 4º a 11)	222
16. Confisco constitucional	225